



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 16799/16

Pensão Temporária. Julga-se legal o ato e correto os cálculos de proventos elaborados pela repartição de origem, quando atendidos os requisitos da Lei. Concessão de Registro.

ACÓRDÃO AC1 TC 02683/2018

1. PROCESSO TC N.º: 16799/16

2. ORIGEM: Paraíba Previdência - PBprev.

3. DADOS SOBRE A(S) PENSÃO(ÕES):

3.1. BENEFICIÁRIO(S): KaylÁnny Monteiro da Silva Bezerra – Temporária

3.2. DADOS DO(A) SERVIDOR(A) FALECIDO(A):

3.2.1. NOME: Rozeny da Silva Ferreira.

3.2.2. QUALIFICAÇÃO: Agente de Segurança Penitenciário, matrícula nº 174.253-1

3.3. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03.

3.4. DATA DO(S) ATO(S): 27/07/2017.

3.5. DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE: Diário Oficial, edição de 24/04/2018.

3.6. AUTORIDADE EMITENTE: Presidente da PBprev.

4. RELATÓRIO DA AUDITORIA: Após análise de defesa, concluiu que a pensão reveste-se de legalidade, razão porque sugeriu o registro do ato concessório.

5. PARECER DA PROCURADORIA: Oral, na sessão, em harmonia com a Unidade Técnica de Instrução.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, em sessão realizada nesta data, *ACORDAM*, à unanimidade, em **conceder registro** ao ato de **pensão temporária da beneficiária** KaylÁnny Monteiro da Silva Bezerra, favorecida do servidor falecido, Sra. Rozeny da Silva Ferreira, tendo presentes sua legalidade e os cálculos de proventos efetuados pela repartição de origem.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TCE – Sala das Sessões da 1ª Câmara, Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 06 de dezembro de 2018.

Assinado 12 de Dezembro de 2018 às 10:19



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 12 de Dezembro de 2018 às 10:39



Elvira Samara Pereira de Oliveira
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO